

A RELAÇÃO ENTRE AS COTAS E A REPRESENTATIVIDADE NOS CURTAS PRODUZIDOS PELO CURSO DE CINEMA E AUDIOVISUAL DA UFPEL

PRISCYLLA KETHELLEN VIANA¹, ALESSANDRA GASPAROTTO²

¹Universidade Federal de Pelotas – priscylla.viana.92@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar com qual frequência determinados grupos sociais são representados nas produções audiovisuais do curso de cinema da UFPEL. O foco para a análise dessas relações está na questão racial.

A partir disso, o objetivo é apresentar como as relações estabelecidas entre história do Brasil, desigualdade social, legislação, políticas de ações afirmativas e projetos, como o de extensão que temos na UFPEL: “Cotas: um diálogo afirmativo entre a escola e a universidade”, contribuem para o processo de construção da representatividade nos meios de comunicação e consequentemente na cultura como um todo.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada foi feita a partir do levantamento da representatividade (gênero, raça/etnia e classe) observada em todos os curtas de ficção e documentário disponibilizados na plataforma online do curso de cinema da UFPEL (2007-2015), relacionando-os com os dados apresentados pelo IBGE 2014, Mapa da Violência e Mapa do Encarceramento, ambos de 2015. Além da análise da bibliografia sobre o tema em questão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de colonização do Brasil, de extermínio dos povos indígenas originários, de escravização de povos africanos e da posterior política do embranquecimento construíram relações extremamente desiguais entre brancos, negros e indígenas nessas terras. A abolição desse sistema escravagista não garantiu cidadania à população negra, marginalizando-a da vida social, política e cultural do país. Ainda hoje, indígenas e negros resistem ao extermínio de sua população e à precariedade ou ausência de dignidade para a sua sobrevivência.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) feita pelo IBGE em 2014 temos no Brasil um total de 53% da população constituída por pessoas que se autodeclaram negras, 45,5% brancas e quase 1% indígenas. Em relação a isso, é importante ressaltar que a autodeclaração ainda não é tida como uma representação fiel da realidade, devido ao processo histórico de miscigenação no nosso país, que tem como consequência a dificuldade na identificação de raça/etnia por parte da população. População que, mesmo sendo maioria, dificilmente se reconhece enquanto preta e/ou parda por conta do racismo camuflado de “democracia racial”.

Além disso, de acordo com pesquisas como PNAD 2014, Mapa de Violência de 2015 e Mapa do Encarceramento – Jovens no Brasil, temos por exemplo o aumento do assassinato de mulheres negras, enquanto há queda entre mulheres brancas; o aumento do assassinato de negros por armas de fogo, mas

queda em relação aos brancos; o aumento da porcentagem de brancos entre os mais ricos e continuidade de negros como maioria pobre; a bancada legislativa federal composta por 71% de homens brancos em 2015; o sistema carcerário com composição majoritária de negros, já em relação a escolaridade fazem parte do grupo minoritário principalmente no nível superior.

Levando esses dados em consideração, torna-se perceptível a existência de uma desigualdade na distribuição dessas diferentes populações em relação a determinados ambientes e em relação aos meios de comunicação a realidade não é diferente. MIRANDA, GRIGOLETI, MONEZZI (2010) consideram que “existe uma tentativa sistemática da elite brasileira de deixar negros e índios distantes dos meios de comunicação. O padrão eurocêntrico é dominante na mídia brasileira e os negros ainda são retratados de forma estereotipada e em papéis secundários.”. Tomando a esteriotipação como um processo de objetificação, de redução do indivíduo a determinada característica, GOMES (2009) aponta que:

A ausência, ou a esteriotipação de personagens negros nos produtos midiáticos, faz incidir sobre a população de telespectadores negros, uma forma voraz de discriminação: a injustiça simbólica de carecer de figuras modelares de identificação que os ajude a construir uma auto-imagem positiva e suficientemente forte, para resistir ao embates gestados pelo preconceito racial. Tavares e Freitas (2004) argumentam que, pensar sobre o desempenho das identidades raciais na mídia brasileira traduz-se por travar um debate sobre as formas de exclusão, ou quando incluídos, estigmatização, reservada a população negra nos espaços sociais midiáticos no Brasil. A inserção da imagem de negros nos espaços midiáticos na mesma proporção da inserção de brancos é um ponto fulcral na pauta de reivindicações do Movimento Negro, que entende esta inserção, como um instrumental de desconstrução dos estereótipos e folclorizações sobre a imagem do negro.

Nesse contexto, a dificuldade ao acesso das populações negras e indígenas ao ensino superior continua garantindo sua sub-representação nos veículos midiáticos. Além de não levar a discussão para o âmbito acadêmico, as repercussões na opinião da população brasileira mostra o quanto esse debate precisa ser incitado por meio de políticas públicas. Investigar o impacto social, cultural e psicológico das mensagens das mídias se faz necessário. Isso porque, essas trazem consigo ideologias de grupos dominantes que contribuem na reprodução e legitimação de dominação e exclusão social.

Trazendo essa análise geral para um contexto mais específico, podemos observar que no curso de cinema da UFPel (Universidade Federal de Pelotas) as produções também refletem essa realidade de exclusão em relação às representações. A partir do levantamento feito através da análise de todos os curtas de ficção e de documentário disponibilizados na plataforma online do curso podemos observar que tanto nas ficções, quanto nos documentários há desigualdade de representações tanto de gênero, quanto de raça/etnia. Entretanto, no caso das ficções esses dados são ainda mais preocupantes.

Nos documentários 61% do elenco é composto por homens. Destes homens, apenas 13% não são brancos. Nos 39% restante do elenco temos as mulheres, sendo somente 15% destas não brancas. Além disso, nos documentários, a representação da classe popular aparece em 58% dos filmes, a da classe média em 33% e a mista (média e popular) em 8%. Não há nenhuma representação indígena.

Nos curtas de ficção a representação é ainda mais desigual. Os homens são 59,2% do total de atores, sendo 5,2% não brancos. As mulheres são 40,7%, sendo 3,7% destas não brancas. Em relação à retratação da classe, 95, 4% das

produções são representações da classe média e a classe popular e mista se apresentam em 0,22% cada. Nas ficções também não há representação de indígenas.

Desta forma, evidencia-se a relação entre os sujeitos que produzem conteúdos e representações existentes nos mesmos. O curso de cinema da UFPel costuma ter sua nota de corte superior a 700 pontos, dificultando o acesso a esse curso por alunos oriundos de escolas públicas. Nesse contexto, ainda hoje é observada uma dificuldade no preenchimento de parte das vagas reservadas à estudantes “pretos, pardos e indígenas” no ensino superior. Assim, a partir de discussões realizadas entre docentes e estudantes da UFPel é elaborado o Projeto de Extensão “Cotas: um diálogo afirmativo entre a universidade e a escola”. Sobre ele GASPAROTTO, NUNES, MANKE, ALTMANN (2016) colocam:

O referido projeto teve início no ano de 2015, visa realizar ações de divulgação e reflexão sobre políticas de ações afirmativas e cotas nas escolas de ensino básico, junto a estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Entre os objetivos perseguidos pelo projeto, destacam-se: I) promover a educação antirracista no ambiente escolar através de atividades que abordem temáticas relativas à diversidade e à história e cultura afro-brasileira e indígena; II) desenvolver ações que visem instrumentalizar os/as estudantes de educação básica a acessar tais políticas, mais especificamente as cotas destinadas ao ingresso nas instituições federais de ensino (institutos federais de nível técnico e tecnológico e universidades); III) contribuir para a formação e sensibilização de professores/as, servidores/as e gestores/as das escolas parceiras, de forma a envolvê-las nestas discussões e qualificar a abordagem sobre tais temas na educação básica.

Com a Conferência de Durban (África do Sul, 2001) houve um aprofundamento no diálogo entre o governo federal do Brasil e o Movimento Negro sobre propostas de combate ao racismo interno. Dentre as propostas, destacou-se o Projeto de Lei de Cotas (3.198/2000) elaborado pelo então Deputado Paulo Paim (PT-RS), e o Estatuto Social da Igualdade Racial que objetiva a regulação de políticas afirmativas para indivíduos que estão em condições desfavoráveis de competição. O Estatuto coloca as ações afirmativas para negros como medidas para se alcançar uma reparação histórica, expressos sob a forma de indenizações, reserva de cotas em concursos públicos, vestibulares, produtos midiáticos, empresas privadas, iniciativas que reforçam a criminalização e o combate ao racismo, bem como programas promotores de igualdade racial. Além disso, Paim propõe em seu projeto de lei que o Estado brasileiro deveria indenizar cada afro-descendente por conta de danos morais e materiais decorrentes da escravidão negra no país.

Assim, com mais informação chegando aos alunos que têm o direito de acessar às cotas raciais e da consequente ocupação dessas vagas, é possível que haja uma mudança significativa nas representações observadas nos produtos audiovisuais da UFPel, podendo ter no futuro mais diversidade e justiça na produção e representação da população brasileira presente nesses conteúdos.

4. CONCLUSÕES

A partir da constatação da ausência de uma real reparação histórica para a população negra e indígena no Brasil, através dos dados apresentados anteriormente, fica claro ser imprescindível que haja por parte do governo a adoção de uma série de medidas que visem a eliminação do racismo e das desigualdades sociais em nosso país.

Políticas públicas que se interrelacionem como criação de leis (o estatuto da igualdade racial); ações afirmativas (cotas) e projetos (“Cotas: um diálogo afirmativo entre universidade e escola”) contribuem de forma gradual para a desconstrução do sistema estruturalmente racista que há no Brasil. Desta forma, podemos caminhar rumo à construção de uma sociedade mais justa e com oportunidades iguais de busca da liberdade e da felicidade para todas as pessoas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, C.R.; NOHARA, J.; RAMUSKI, C.L.; Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro. *Rev. psicol. polít.* vol.10 no.19 São Paulo jan. 2010.

GASPAROTTO, A.; NUNES, G.H.L.; MANKE, L.S.; ALTMANN, L. Reflexões a partir do projeto “Cotas: um diálogo afirmativo entre a universidade e a escola”, Pelotas, *No prelo*. 2016.

SANTOS, A.P. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à lei de Cotas. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v.12, n.2, p.289-371, jul./dez. 2012.

NASCIMETO, J.G. **Raça, Mídia e Juventude: representações da juventude negra**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios**. Rio de Janeiro, 13 nov. 2015. Especiais. Acessado em 02 jul. 2016. Online. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000024052411102015241013178959.pdf>

MAPA DO ENCARCERAMENTO. **Os Jovens do Brasil**. Brasília, 2015. Acessado em 02 jul. 2016. Online. Disponível em: http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf

MAPA DA VIOLÊNCIA. **Juventude Viva, Mortes Matadas por Armas de Fogo**. Brasília, 2015. Especiais. Acessado em 02 jul. 2016. Online. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>

UFMA. **A porposição da política de cotas para negros na mídia brasileira**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 25 ago. 2009. Especiais: Acessado em 02 jul. 2016. Online. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/5_estado-identidade/a-proposicao-da-politica-de-cotas-para-negros-na-midia-brasileira.pdf

UFPEL. **Curtas**. Pelotas, 2015. Especiais. Acessado em 07 mai. 2016. Online. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/curtas/>

UNESP. **A identidade do negro e a questão das cotas raciais na mídia brasileira**. Portal Intercom, Bauru, 3 jul. 2013. Especiais. Acessado em 02 jul. 2016. Online. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-2017-1.pdf>